

Os registros paroquiais e a História do Brasil*

Parish registers and the History of Brazil

MARIA LUIZA MARCÍLIO

Profa. Titular da USP

Pesquisadora do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

RESUMO O estudo considera as informações existentes na documentação de alçada paroquial, isto é, os assentos de batismo, casamento e óbito, demonstrando a importância desse acervo para a investigação das populações pretéritas.

Palavras-chave Família, Demografia histórica, registros paroquiais

ABSTRACT This study examines the kinds of data available in parish archives, i.e. baptismal, marriage and death registers and tries to demonstrate the importance of these holding for research dealing with parishioners.

Keywords family, demographic history , parish registers

* Artigo recebido em: 20/12/2003 - Aprovado em: 20/12/2003.

Foi o chamado movimento da Contra Reforma na Europa que suscitou a necessidade premente de se buscar um instrumento que distinguisse e controlasse cada um dos membros da Igreja Católica. Perdida a unidade da cristandade Ocidental, com a Reforma e com a aceitação e a difusão rápida, em algumas partes da Europa, das novas denominações protestantes, a Igreja Católica precisava conhecer claramente quais eram seus membros. A melhor forma de obter esse conhecimento seria através dos registros individuais de cada católico.

O tema era urgente; foi levado ao Concílio de Trento (1545-1563) e longamente debatido em várias de suas sessões. Chegou-se a uma resolução final. Ficou decretado que cada Cura passaria a ser responsável pelo registro de cada Batismo e de cada Matrimônio celebrado em sua Paróquia. A fórmula do registro foi minuciosamente estabelecida. Era preciso resguardar um caráter universal e igualitário para os registros de cada católico.

Passado o Concílio de Trento, a Igreja logo se deu conta que era preciso registrar igualmente as mortes de seus fiéis para evitar abusos de toda sorte, como por exemplo, o da bigamia, quando um dos esposos migrava sozinho para regiões distantes e lá se casava novamente, como se pela primeira vez fosse. O Papa Paulo V, em 1614, através do *Rituale Romanum* estende então a obrigatoriedade do registro aos óbitos, além de impor o *Liber Status Animarum*, uma espécie de censo periódico das paróquias, com o levantamento nominal e por família, de seus membros e agregados maiores de 7 anos (idade da comunhão ou da razão).

Os dados a serem redigidos obrigatoriamente nas atas de batismo e em cada Paróquia, pela ordem estabelecida no Concílio de Trento, eram: a data do batismo, o nome completo do batizando, sua filiação (quando fosse conhecida), local da residência de seus pais ou responsáveis, além do nome de pelo menos um padrinho (o melhor seriam dois) que serviria de testemunho do ato e igualmente, passaria a ser um parente espiritual, que no caso da morte dos pais, deveria responsabilizar-se pela criação do afilhado; finalmente viria a assinatura do sacerdote. Um livro especial e exclusivo deveria servir para o assento dos Registros de Batismo da Paróquia. O vigário era o responsável pela sua guarda e conservação, em arquivo da Paróquia.

Para o registro do matrimônio, as fórmulas igualmente foram estabelecidas em Trento eram claras. O casamento, salvo casos excepcionais, deveria ser realizado na Igreja e na presença do sacerdote. O registro do ato, também feito em livro especial, deveria conter: a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade, além dos nomes dos padrinhos, com suas residências e naturalidades e a assinatura do sacerdote.

Casos especiais deveriam ser mencionados, como por exemplo, no caso dos batismos: se a criança era ilegítima e o nome dos pais quando

conhecidos, ou a menção filho de pais incógnitos; se a criança fora exposta (abandonada) a menção deste fato e onde estava sendo criada; se escrava, deveria trazer o nome do senhor. Casos de criança adulterina, ou de criança sacrílega (filha de padre) deveriam ser assinalados. A criança em perigo de morte poderia ser batizada em casa, por qualquer pessoa, desde que obedecida a forma: “eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” e a matéria: água e sal. Esse ato deveria ser comunicado ao vigário da paróquia para que procedesse ao devido registro. No registro de matrimônio, exigia-se, se fosse o caso, a declaração de viuvez do cônjuge, com o nome do primeiro(a) esposo(a); era ainda necessário mencionar se os cônjuges estavam incursos nos impedimentos graves ou leves determinados pelo Código Canônico, da Igreja Católica (como por exemplo, parentescos consanguíneos ou espirituais). Neste caso, o matrimônio só se daria após um dispendioso processo de solicitação de dispensa dos impedimentos, dado pelo Bispo local. Essa dispensa deveria ser mencionada no registro de matrimônio, assinalando-se os graus de parentesco entre os cônjuges.

Para o registro dos óbitos as regras não eram tão rigorosas e iguais. Bastava registrar a data do falecimento, o nome do morto, seu estado civil. No caso de solteiros, dever-se-ia nomear os pais, ou o fato de ter sido exposto ou ser ilegítimo. No caso dos casados e dos viúvos(as), além desses dados, era necessário indicar o nome do esposo(a). Em muitas paróquias assinalava-se a naturalidade do morto, sua idade, e atividade que exerceu. Em alguns casos indicava-se a causa da morte e se o morto havia deixado testamento. As condições do enterramento vinham por vezes mencionadas: tipo e cor da mortalha ou do caixão (século XIX) e local do enterramento. Estes dados eram porém mais raros.

Em alguns países e dioceses da Europa e mesmo do Brasil os registros foram se aperfeiçoando e enriquecendo com novas informações. Por exemplo, em quase toda a França Moderna, assinalava-se a idade de cada cônjuge ao casar. No Brasil colonial, os casamentos das principais famílias proprietárias mereciam um registro especial, de página inteira ou mais, onde ao lado das informações obrigatórias, eram registrados os nomes dos avôs maternos e paternos de cada cônjuge e sua paróquia e diocese de nascimento e de moradia.

Cito esses detalhes para que se possa perceber, desde logo, a riqueza de informações contidas nesses documentos de primeira ordem, para a reconstrução da história social e cultural das populações católicas e a potencialidade de explorações que permitem, para desvendar o passado em várias direções. Pobres e ricos, plebeus e nobres, brancos, negros e índios, homens e mulheres, todos sem exceção, quando batizados, casados ou falecidos tinham esses fatos vitais registrados em livros especiais, que eram conservados pela Igreja. A vida estava assim

marcada com uma ata individual, com dados pessoais, nos seus momentos vitais: do nascimento, do casamento e da morte.

A prática de registrar os sacramentos de batismo e do matrimônio não era uma novidade. Desde fins da Idade Média já se encontram um ou outro registro em uma ou outra Diocese, como em algumas cidades italianas. Roger Mols mostrou que no povoado francês de Givry, em 1334, já se registravam alguns óbitos e batismos.¹ A novidade criada no Concílio de Trento é que a prática tornou-se obrigatória e universal para todos os católicos.

Em Portugal o registro obrigatório dos batismos, casamentos e óbitos data de fins do século XVI, estabelecido nas Constituições de Coimbra (1591). Cada paróquia deveria manter um livro separado para os batismos, para os casamentos e também para os óbitos. Estas ordens foram estendidas aos domínios lusitanos do Ultramar ainda no século XVI.

No Brasil, os registros paroquiais seguiram as determinações de Portugal até serem localmente regulamentados na sua Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, de 1707. As regras e as fórmulas não se modificaram; seguiam sempre as determinações de Trento.

Sendo, como o foi, a religião católica sendo a oficial no Brasil Colônia e em todo o período do Império todos os que aqui nascessem, morressem ou se casassem, deveriam passar pelo registro da Paróquia que, revestia-se, pois, e ao mesmo tempo, de um caráter religioso, com força de um ato civil de cada indivíduo. O estatuto do Padroado Régio no Brasil até pelo menos a Constituição Republicana, de 1891 (quando foram separados, o Estado da Igreja) deu aos Registros Paroquiais uma cobertura praticamente universal da população brasileira (excluídos apenas os protestantes que surgem principalmente no Segundo Reinado e dos índios e africanos pagãos, ainda não batizados).

A cobertura universal da população nos Registros Paroquiais brasileiros é, pois, a primeira grande característica positiva dessa documentação serial.

A segunda característica especial e única é o seu caráter individual e coletivo a um tempo. Cada indivíduo é registrado com suas características pessoais e em cada momento vital de sua existência; e cada um deles integra uma série cronológica de eventos, guardados em livros especiais e que cobrem uma localidade fisicamente bem demarcada — a paróquia.

A terceira grande característica desses dados é seu caráter nominativo, o que permite identificar cada indivíduo em sua família, e com suas características pessoais.

¹ Para maiores detalhes ver nosso artigo MARCÍLIO, ML. Dos Registros Paroquiais à Demografia Histórica no Brasil. *Anais de História* (Assis), 2, 1970:81-100.

E por ultimo, os Registros Paroquiais têm seu valor ainda por terem sido efetuados no momento mesmo do evento, guardando um caráter serial e cronológico.

O grande problema, no entanto, foi o da conservação desses livros paroquiais, particularmente em um País como o Brasil, onde pouco se cultivou a prática e o valor da Arquivística. Boa parte dos registros paroquiais brasileiros não existe mais: sofreram a ação predatória conjugada do tempo, dos insetos e especialmente do Homem. Em visitas que fizemos a arquivos eclesiásticos de várias partes do Brasil, pudemos constatar, consternadas de que, para os séculos XVI, XVII e boa parte do XVIII poucas series subsistem. Mesmo para os finais do século XVIII e o XIX nem sempre se encontram series das três ordens de registros completas e bem conservadas. Raros são os arquivos paroquiais que foram objeto de restauro, como ocorreu com os livros de registros da Cúria Metropolitana de São Paulo. Exemplo melhor vem justamente de Minas Gerais, da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, cujo acervo documental excepcionalmente bem conservado, passou por cuidadoso processo de restauro, organização e higienização, permitindo a montagem de um modelo Banco de Dados, organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais e objeto deste número especial da **Revista Varia Historia**.

Há ainda outro aspecto que vem prejudicando seriamente a conservação das séries dos Registros Paroquiais no Brasil. A Igreja Católica, particularmente ao longo do século XX, passou por contínuos desmembramentos de suas Dioceses. A cada criação de uma nova Diocese o costume no Brasil é de deslocar a documentação histórica das paróquias da nova Diocese desmembrada, para essa nova circunscrição eclesiástica. Com isso, e contrariando as modernas orientações da Arquivística, os documentos são cada vez mais dispersados e em certos casos, estão mal conservados, mal guardados, em locais impróprios e sujeitos a rápido desaparecimento. Por se tratar de documentos privativos de cada Diocese ou de cada Paróquia, o acesso dos interessados aos mesmos, depende em muitos casos, da boa vontade e do grau de cultura histórica de seus responsáveis.

As características únicas transformaram os Registros Paroquiais em fontes de primeira linha para se chegar às populações e às sociedades do passado, passando por seus traços culturais particulares. Estas séries documentais, com acuidade especial podem ser fontes inestimáveis para o conhecimento das mentalidades, dos comportamentos, das sensibilidades de sociedades do passado.

Foi o que viu Louis Henry, na França. Engenheiro de formação, estatístico e demógrafo da população francesa, foi ele incumbido pelo INED, depois da Segunda Grande Guerra, de descobrir o por quê da fecundidade francesa ser de longe a mais baixa do mundo de então. Debruça-

do nessa pesquisa, viu Louis Henry, imediatamente, que as razões não se limitavam ao século XX; era necessária buscá-las mais para traz, talvez mesmo antes do século XIX. Foi então recuando suas análises com base nos censos existentes. Mas o mais recuado deles era o de 1821 que contou a população da França inteira. E até essa fase, verificou o professor, continuava a fecundidade francesa a ser a mais baixa da Europa. Mas como recuar para os séculos anteriores, se não havia censos? O recurso aos registros paroquiais foi a saída vislumbrada. Aliando-se a Michel Fleury, o historiador, L. Henry acabou por montar uma técnica para transformar os Registros Paroquiais em dados de base para análises sofisticadas de Demografia do passado, e que desse conta de estabelecer taxas diferenciadas de fecundidade, de natalidade, de nupcialidade e de mortalidade. Surgia o método de *Reconstituição de Família*, e com ele estava criada uma nova ciência: a Demografia Histórica.²

Antes da Demografia Histórica os Registros Paroquiais eram intencionalmente manuseados por pessoas preocupadas em restabelecer a genealogia, ou a biografia de personalidades, e ainda, como documento comprovante de parentesco para efeitos de herança e sucessórios. Historiadores, antropólogos, sociólogos, artistas raramente montavam suas análises do passado utilizando-se dos registros paroquiais. Foi de fato, a Demografia Histórica que mostrou a todos a riqueza desse corpo documental, as ricas possibilidades que abriam a um novo conhecimento das humanidades que nos precederam.

A Demografia História começou, em suas primeiras análises, testando o método da Reconstituição de famílias de uma paróquia ou de conjunto de paroquiais, e com a finalidade expressa de calcular taxas gerais e especiais de fecundidade, de nupcialidade e de mortalidade, para populações pré-estatísticas (sem dados censitários ou quantitativos sobre sua população).

Logo os primeiros resultados elaborados através de métodos especiais e rigorosos, a partir dos registros de batismos, de casamentos e de óbitos de paroquiais da França do Antigo Regime, não apenas começaram a ser conhecidos os fenômenos demográficos vitais e pela primeira vez, como ficou patente que os mananciais contidos nesses acervos eram riquíssimos e deveriam ser explorados em várias direções.

Descobriu-se, com os trabalhos da Demografia Histórica, realidades humanas inusitadas, nunca antes vislumbradas ou mal definidas. Agora partia-se de realidades humanas empiricamente documentadas e de

² L. Henry, o Pai da Demografia Histórica, testou seu método em dezenas de pesquisas em paroquiais da França de Genebra. Ao longo de toda sua vida foi aperfeiçoando seus métodos, que já eram sucesso em todos os países da Europa e na América Latina e em países da Ásia. Eles vêm expostos em seus manuais, o primeiro deles: HENRY, L. e FLEURY, M. *Nouveau Manuel de dépouillement et d'Etat civil ancien*. Paris, INED, 1965.

forma abrangente. Não se tratava mais de fazer História com um ou dois documentos testemunhais: era a sociedade inteira que surgia aos nossos olhos, através de análises bem estabelecidas.

O mundo da infância (que guardou tão poucos testemunhos) e com muitas de suas variáveis sociais pode ser resgatado. O mundo das famílias foi outro viés que foi penetrado por novos ângulos e com novas descobertas através das análises da Demografia Histórica, baseadas em Registros Paroquiais veio à luz em toda a sua variedade. A Mulher, tão escondida nos documentos oficiais e particulares do passado pode ter parte de seu passado desvendado. A morte, a doença, as epidemias mortíferas do passado foram outros tantos estudos que vieram à luz. Até mesmo a movimentação espacial das populações foram possíveis com base nas informações contidas nos registros de matrimônios e de óbitos.

Foi então, que ao lado de realidades novas, desconhecidas, os resultados além de revelar realidades desconhecidas, destruíram alguns mitos históricos, algumas verdades tidas como leis. Só para ilustrar nossas assertivas. Fora estabelecida pela antropologia histórica, desde Le Play, na França de fins do século XIX que, a organização da família ocidental evoluiu do sistema complexo ao nuclear, seguindo a evolução das sociedades, de agrícolas para industriais e urbanas. Vários estudos comparativos de várias comunidades e em vários momentos distintos da Idade Moderna ao século XIX, fundados nos Registros Paroquiais, notadamente os de Louis Henry e de Peter Laslett mostraram com análises empíricas e rigorosas, que nem sempre houve essa evolução linear. Na maioria das famílias da Idade Moderna europeia preponderou a família de tipo nuclear simples: pai, mãe e filhos, em cada “fogo” ou domicílio. Mesmo no Brasil escravista, a maioria das residências era habitada por famílias simples, como provaram nossos estudos para a cidade de São Paulo e a vila de Ubatuba nos séculos XVIII e XIX. Poderia citar outros exemplos.

No caso do Brasil o sucesso das descobertas fundadas nos Registros Paroquiais, e demonstrados pelos estudos de Demografia Histórica foi enorme. Podemos dizer, sem exagero, que houve mesmo uma revolução nas formas de fazer História e nas temáticas que se abriram.

O mundo da criança brasileira na História começou a ser desvendado. A alta presença de filhos ilegítimos, dentro da população não escrava, o ato de abandonar o filho ao nascer, a variação dos nomes e dos prenomes dados às pessoas na pia batismal, a presença largamente difundida de concubinatos, que chegou a caracterizar boa parte senão a maioria das uniões no Brasil católico, de ontem e de hoje, as diferenças sociais marcantes ante a doença e a morte, a sinalização de anos e do volume de certas epidemias que assolaram nossas populações do passado, o mundo do trabalho e de suas profissões e ocupações no

Brasil antigo, foram temas e realidades maiores e muitas vezes pioneiros desvendados pelos estudos de Demografia Histórica.

Essas pesquisas e a riqueza e variedade de suas descobertas levaram naturalmente, à “História do Terceiro Nível”, como a denominou Pierre Chaunu, ou simplesmente à História das Mentalidades, à História da Cultura como preferem os historiadores de hoje.

Os trabalhos nesse sentido são hoje numerosos e inspirados pelos resultados das pesquisas das populações do passado em grande parte baseadas nos registros da catolicidade. Conhecemos mais sobre as atitudes perante a Vida, perante a Morte, como inaugurou o demógrafo historiador e antropólogo da História, Philippe Ariès; sobre o Sexo e o Amor, como inauguraram Martine Segalen ou François Lebrun; sobre a Família na História à maneira de Peter Laslett; as atitudes ante a Criança com novamente Philippe Ariès todos ligados às pesquisas da Demografia Histórica da primeira hora. Com o auxílio de registros de matrimônio que trazem a assinatura dos nubentes, conhecer níveis de alfabetização como os realizou Roger Schoffield para a Inglaterra pré-industrial. Os exemplos e os grandes nomes da historiografia que mudaram os rumos da História, graças em grande parte aos estudos inaugurados pela Demografia Histórica, que se basearam em registros paroquiais, a partir dos anos de 1960 poderiam ser multiplicados. Eles não pararam de inaugurar novos temas e novos rumos para a Historiografia atual.

A renovação dos estudos fundados nos registros paroquiais antigos continua a dar frutos. Prova disto está nos diferentes e inovadores trabalhos apresentados neste número especial da Revista *Varia História*; agradeço à sua organizadora, a professora Adalgisa Arantes de Campos a honra do convite para participar da abertura desse número especial.